

Câmara Itinerante: espaço aberto para a deliberação e participação popular

Câmara Itinerante: Open space for the deliberation and popular participation

Iara Marques do Nascimento

Universidade Federal de Juiz de Fora. Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Campus Universitário,
Bairro São Pedro, 36036-900, Juiz de Fora, MG, Brasil. iara_nascimento@yahoo.com.br

Resumo. O presente trabalho apresenta uma perspectiva de participação e deliberação por meio da Câmara Itinerante implantada na cidade mineira de Santos Dumont. O projeto possibilita a criação de novos espaços públicos para o exercício da cidadania através da educação política e reivindicação de ações e obras públicas. A deliberação é trabalhada como um processo comunicativo. A observação deste fenômeno ocorre a partir do acompanhamento de reuniões realizadas junto a algumas comunidades da cidade no intuito de abrir espaço para o debate e a reivindicação popular.

Palavras-chave: comunicação, cidadania, deliberação, participação, identidade coletiva, minipúblicos

Abstract. This article presents a participation and deliberation perspective by means of the Câmara Itinerante implanted in the mining city of Santos Dumont. The project enables the creation of new public spaces for the citizenship exercise through the political education and actions revindication and public works. The deliberation is worked as a talkative process. The observation of this phenomenon occurs from the meetings accompaniment accomplished close to some city communities with the goal of opening space for the debate and the popular revindication.

Key words: mcommunication, citizenship, deliberation, participation, collective identity, minipúblicos

Introdução

Há algum tempo, se questiona o interesse da sociedade em participar de processos políticos seja pela falta de instrução ou pela baixa importância que os cidadãos têm dado à Política devido a um possível descrédito nessa instituição. Assim, cada vez mais, se faz necessário estabelecer ferramentas capazes de despertar o interesse das pessoas para a prática política.

O presente trabalho pretende apresentar o projeto da Câmara Itinerante, implantada na cidade mineira de Santos Dumont, como um novo espaço para a comunicação e a atuação política do cidadão, além de contribuir para a participação e a deliberação, possibilitando a construção de identidades coletivas. Dessa forma, a reflexão sob a Câmara Itinerante se justifica na possibilidade de abrir espaço para a discussão de novas maneiras de envolver a população no debate político. A pesquisa é realizada a partir do acompanhamento (observação participante¹) das reuniões e do acesso aos documentos produzidos posteriormente. Além disso, há a pesquisa bibliográfica que oferece o aporte teórico para a sustentação dos dados empíricos.

Assim, a deliberação pública e a participação são entendidas, neste trabalho, como aspectos básicos da democracia. Questões que podem influenciar positivamente no desenvolvimento de comunidades e cidades. Para articular estas questões têm-se a comunicação. Assim, apontaremos aqui a possibilidade da deliberação pública ser entendida e trabalhada como um processo comunicativo. Sendo a comunicação, como observa Braga ("Prefácio", *in* Gomes, 2004, p. 13-14), "estruturalmente um âmbito de interfaces" ela se realiza na sociedade por inclusividade e penetrabilidade, observa e absorve as ações e temáticas da vida social. Fagen aponta que a "comunicação como processo penetra a política como atividade", pois "mesmo quando não é imediatamente óbvio, podemos descrever muitos aspectos da política como tipos de comunicação" (*in* Gomes, 2004, p. 20).

Podemos considerar a deliberação pública um desses aspectos de que fala Fagen. E nes-

sa perspectiva destacamos os apontamentos de Miola (2009) em relação à comunicação e a deliberação enquanto processo comunicativo. A autora observa que a investigação sobre a deliberação pública agrega diferentes áreas do conhecimento, inclusive a comunicação. Miola observa que enquanto objeto de estudo a deliberação pública se caracteriza por um domínio interdisciplinar, ou seja, é apreendida e tratada por várias ciências. O objeto, nestes casos, é afetado pelos diferentes modos de ver de cada disciplina.

No entanto, o mais interessante para este trabalho, é observar a deliberação e os minipúblicos na perspectiva da multidisciplinaridade², que também atua a partir de contribuições de variadas disciplinas, mas com uma abordagem diversa àquela da interdisciplinaridade. A multidisciplinaridade ocorre quando "determinada questão ou problema suscita a contribuição de diferentes disciplinas, mas essas contribuições são deslocadas de seu campo de origem e se entrecruzam num outro lugar – em um novo lugar" (França, 2001).

Isso pode ser possível pela formação de novos espaços de deliberação pública como é o caso dos minipúblicos, defendidos por Archon Fung, que inserem novos arranjos na construção de arenas para discussão pública. O minipúblico é considerado um novo desenho institucional para a prática da democracia participativa. Esta, segundo Bordenave (1992, p. 34) "promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória". E o debate acerca dos arranjos aproveita o conceito de deliberação proposto por John Rawls e Jürgen Habermas e teorizado por Cohen.

É a partir dessas perspectivas que analisaremos a Câmara Itinerante. Para tanto, vamos problematizá-la como um espaço possível de deliberação e construção de identidades coletivas, observando-a por meio da estruturação/arranjo de um minipúblico.

Conhecendo a Câmara Itinerante

A Câmara Itinerante (CI) foi instituída pela Câmara Municipal de Santos Dumont através

¹ O artigo é uma reflexão do trabalho desenvolvido, por esta autora, enquanto assessora de imprensa da Câmara Municipal de Santos Dumont, em 2008. A atividade permitiu a participação na elaboração do projeto e o acompanhamento de todas as reuniões realizadas no decorrer do ano. Além disso, o fato de ser moradora da cidade também oferece uma maior aproximação como objeto, facilitando as inferências sobre o processo.

² Referência utilizada por Miola para o desenvolvimento do trabalho referido neste artigo.

de um Decreto Legislativo, em março de 2008³. Com o objetivo de popularizar os trabalhos do Legislativo junto aos cidadãos, promovendo a integração entre Câmara e comunidade⁴. Além de propiciar ao vereador o conhecimento do comportamento de cada localidade, suas reações, opiniões e anseios; desenvolver ações voltadas para a promoção dos direitos e deveres sociais, políticos, econômicos, culturais, étnicos, religiosos e humanos dos cidadãos, orientando-os sobre as formas de acesso aos bens e serviços públicos; e estimular a formação cívico-político de lideranças comunitárias, que serão utilizadas como difusores de conhecimentos e opiniões.

A Câmara Itinerante foi realizada, mensalmente, como sessão ordinária do Legislativo em comunidades determinadas pelos vereadores por meio de votação. O projeto foi realizado em parceria com o Instituto Cidade, de Juiz de Fora, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), responsável por desenvolver métodos e técnicas para a promoção da cultura cívico-democrática das comunidades. Além de elaborar processos de educação comunitária voltados para o desenvolvimento da percepção e capacidade crítica do cidadão face ao Estado, bem como a qualificação do indivíduo como sujeito de direitos, desenvolvidos na “Escola de Cidadania”.

Para realizar as atividades junto à população, a OSCIP, deslocou uma equipe formada por estagiários nas áreas de Direito, Serviço Social, entre outras, de três a quatro vezes por semana a Santos Dumont para preparar um Diagnóstico Participativo da localidade que iria receber a Câmara Itinerante. Este diagnóstico foi feito por meio de entrevistas com a população local e indicava as principais necessidades de cada região, sob o ponto de vista dos moradores.

A CI foi organizada da seguinte maneira: visita da equipe da OSCIP a comunidade, levantamento dos problemas locais através de entrevistas individuais, elaboração do diagnóstico e mobilização da população para participar da sessão junto com os vereadores; realização da “Escola de Cidadania” com as lideranças comunitárias.

A sessão, por sua vez, foi organizada assim: Abertura, Ordem do Dia e Encerramento. A Abertura se destina à verificação do número regimental, e a exposição sobre o programa e objetivos da Câmara Itinerante. A Ordem do Dia diz respeito à apresentação e discussão dos problemas locais pelos vereadores e a Comunidade com base no Diagnóstico Participativo. Fazem uso da palavra as seguintes pessoas: presidente ou representante da Associação de Moradores do Bairro atendido; representantes das Entidades locais; e lideranças comunitárias, no número máximo de três, que deveriam ter participado do projeto “Escola da Cidadania”; e os vereadores⁵.

O encerramento era reservado as considerações finais, que implicavam a organização de Comissões para documentar os problemas e levá-los ao Poder Executivo. O Legislativo utilizava, junto as Comissões, a prerrogativa de convocar o Executivo, intercede pela Comunidade, na tentativa de conseguir recursos ou agilizar obras e projetos em prol da localidade. Com esta breve apresentação, passe-se a reflexão sobre os conceitos-chaves que configuram a CI segundo os interesses apresentados anteriormente.

A perspectiva da cidadania, democracia deliberativa e participativa

“Democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação” (Bordenave, 1992, p. 8). Em sociedades democráticas este é um estado que se desenvolve e concretiza a partir da cidadania, que é mais que o direito de votar. A cidadania se baseia na participação, nas reivindicações, na utilização do espaço público e na luta, individual e coletiva, para fazer valer os direitos de cada cidadão. E “podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres. Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (Mansini-Covre, 1995, p. 9-10).

³ O projeto foi realizado de março a dezembro de 2008, durante a presidência do Partido dos Trabalhadores, na Câmara Municipal de Santos Dumont, Minas Gerais. A Câmara Itinerante não foi implantada na gestão atual, de 2009.

⁴ É necessário informar que é consciente o uso de comunidade e bairro como sinônimos, embora não sejam e tenham diferenças que em outros lugares de fala poderiam ser conflitantes. São usadas desta maneira apenas para evitar repetições seguidas de um mesmo termo, o que torna o texto cansativo.

⁵ Esse era o desenho apresentado, mas o direito a manifestação era aberto a todos os interessados, respeitando-se o limite de tempo de três minutos. Isso era necessário para que as reuniões não ficassem muito longas. As reuniões tinham um tempo médio de duas horas e meia.

Colocar todas estas questões em prática exige participação. É necessário que o indivíduo se insira no espaço em que vive e atue, seja no cumprimento de seus deveres ou na reivindicação e construção de seus direitos. A participação pode se dar em duas facetas, como observa Bordenave (1992), por questões afetivas – por sentirmos prazer – ou por questão instrumental – participamos porque fazer algo coletivamente é mais eficaz e eficiente que fazermos sozinhos. Por isso, “a maior força para a participação é o diálogo” (Bordenave, 1992, p. 50). É estar aberto a discussões, compartilhamento de informações e experiências, em busca de um consenso.

Aqui entra a deliberação, ou seja, a capacidade de ponderar e refletir ou decidir e resolver. O conceito de deliberação circunda todo o processo democrático, podendo ser apreendido como um processo no qual agentes avaliam as questões envolvidas em determinado assunto, ou ainda como o momento em que é estabelecido o instante da tomada de decisão (Avritzer, 2000). O presente trabalho corrobora com a primeira opção.

Assim, optamos por um conceito argumentativo de deliberação. A transposição de um conceito decisionístico para um argumentativo dentro da teoria democrática se dá através dos trabalhos de Rawls e Habermas. Para Leonardo Avritzer (2000), Rawls é um autor que transita entre as duas concepções, mas consegue estabelecer uma quebra e recuperar a proposta argumentativa quando diz que “a troca de opiniões com os outros questiona a nossa parcialidade e amplia a nossa perspectiva” (Rawls, 1971 in Avritzer, 2000, p. 12).

Habermas, segundo o autor, conseguiu trabalhar em sua obra uma forma de debate argumentativo de maneira mais clara. Em a “A Transformação Estrutural da Esfera Pública” o autor demonstra preocupação com a formação de uma esfera para a argumentação.

Assim, Habermas estabelece a necessidade de um espaço para a interação dos indivíduos com o Estado no qual seja possível debater sobre assuntos referentes as política implementadas no lugar onde vivem, dando origem ao conceito de esfera pública. Além disso, nesse espaço os indivíduos “discutem e deliberam sobre questões políticas, adotam estratégias para tornar a autoridade política sensível às suas deliberações” (Avritzer, 2000, p. 16).

Nessa perspectiva a população realmente estabelece um papel deliberativo e participativo na prática democrática. Habermas dá um passo a mais quando supõe que as formas de argumentação são próprias ao mundo social e, portanto, continuam tendo presença plena nas sociedades contemporâneas (Avritzer, 2000).

O conceito de deliberação argumentativa encontra sua formulação mais completa nas obras de Habermas, mas, ainda se faz necessário à elaboração do desenho institucional da chamada democracia argumentativa. Joshua Cohen destacou as intenções institucionais propostas no trabalho de Habermas e Rawls observando que

porque os membros de uma associação democrática consideram os procedimentos deliberativos como a fonte da legitimidade, [...] eles preferem instituições nas quais as conexões entre deliberação e resultados sejam mais evidentes do que instituições nas quais tais conexões sejam menos claras” (Cohen, 1989 in Avritzer, 2000, p. 23).

Dessa forma, a idéia de democracia deliberativa é construída com base na noção de legitimidade das decisões, demandando a inclusão de todos os indivíduos afetados no processo de sua formulação (Assis, 2006).

Nessa perspectiva, que será a adotada em todo o trabalho, a cidadania vai além da participação no processo eleitoral “exigindo o engajamento num processo contínuo de discussão e crítica reflexiva das normas e valores que orientam a coletividade” (Assis, 2006, p. 1). Assis ainda destaca que nesse processo a “comunicação cotidiana, acerca das questões comuns à comunidade, ganha uma centralidade política da qual não gozava em outros modelos teóricos” (Assis, 2006, p. 1).

Seguindo essa orientação, foram desenvolvidas algumas ideias acerca da organização da sociedade na elaboração dos espaços deliberativos como, por exemplo, a idéia de públicos participativos apresentada por Avritzer e Wampler, que tem como marco o modelo do Orçamento Participativo⁶. Archon Fung (2004) participa do debate, explicitando que as análises se voltam para a leitura de grandes públicos. Fung chama a atenção para o caso de públicos menores, mas com impacto relevante sobre a esfera pública.

⁶ O Orçamento Participativo foi instituído pela primeira vez em Porto Alegre, no ano de 1989. É considerado um desenho institucional singular, que incorpora cidadãos em processos deliberativos de forma de decisão (Avritzer e Wampler, 2004).

O autor baseia-se na idéia de *minipopulus* de Robert Dahl, no entanto, a proposta de Fung é mais inclusiva e relacionada à sociedade civil e ao Estado. Ele entende os minipúblicos como esforços mais promissores para o engajamento cívico e a deliberação pública.

Esses esforços altamente manufaturados confiam na criação de instâncias de esfera públicas aperfeiçoadas. Elas reúnem cidadãos, às centenas ou aos milhares, mas certamente não aos milhões, em deliberações públicas organizadas de maneira autoconsciente. Seguindo Robert Dahl chamarei a esses esforços de minipúblicos. Às vezes lembram as reuniões municipais, e às vezes funcionam como associações propositivas (Fung, 2004, p. 173).

Fung elabora uma matriz dividida em escolhas do desenho institucional e conseqüências funcionais do mesmo, estabelecendo elementos a serem contemplados na formação de um minipúblico específico⁷.

São duas as concepções de minipúblico: a idéia de fórum educativo que possibilita a formação cívica e política do cidadão, capacitando-o a articular opiniões sobre assuntos públicos; e a idéia de conselho consultivo participativo que propõem não apenas qualificar a opinião, mas também alinhar as políticas públicas com as demandas consultadas.

A Câmara Itinerante (CI) encaixa-se na segunda opção, pois busca qualificar a opinião dos cidadãos envolvidos no processo através da Escola de Cidadania e outras atividades de caráter educativo. Além disso, a reunião da CI é fundamentada nos resultados do Diagnóstico Participativo, elaborado através de pesquisa junto à comunidade, utilizando-se de demandas reais de cada local. E essas demandas são apresentadas ao Executivo no intuito de orientar resoluções imediatas, assim como propostas de médio e longo prazo.

Essas perspectivas nos possibilitam tentar apreender a deliberação, enquanto processo comunicativo, nas seguintes categorias apontadas por Miola (2009, p. 8)⁸: “os parceiros da interação; o contexto (e a experiência); e as

trocas simbólicas na forma de linguagem, de maneira que elas possam ser vistas em uma situação especial e com fins determinados”⁹.

O estatuto de parceiros da interação pode ser estabelecido em qualquer situação de engajamento comunicativo e na democracia deliberativa implica que os debates sobre questões de amplo interesse público devem ser oferecidos (a participação e as conseqüências) a todos. E todos devem ter igual direito de acesso e fala nestes eventos. O contexto e a experiência fornecem subsídios para que os sujeitos participem da interação, da deliberação. Como observa Miola (2009, p. 10) “a relação comunicativa não acontece no vácuo”.

Por fim, a linguagem e as trocas simbólicas. Estas exercem um papel importante nos processos de deliberação. Pois, há a necessidade observar de onde se fala, para quem e como a fim de garantir e expandir a participação na interação. “os ‘atos expressivos’, na deliberação, constroem uma realidade própria daquela situação e que determinam também a natureza das relações que serão estabelecidas entre os deliberantes” (Miola, 2009, p. 9).

Este contexto, ainda favorece a formação de identidades coletivas capazes de orientar e articular a atuação dos minipúblicos. Dessa forma, observa-se agora a constituição destas identidades e, em seguida, a constituição da mesma na CI.

A construção de identidades coletivas através de um minipúblico

Hall (2000) contextualiza a identidade apresentando três conceitos sobre a mesma: o sujeito do Iluminismo baseado na concepção do individuo completamente centrado, unificado, dotado de uma essência que nascia com ele e permanecia com ele ao longo da existência; o sujeito sociológico, que não era autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com outras pessoas, que mediavam os valores, sentidos e símbolos – a cultura – que o mes-

⁷ Isso não implica que esses elementos não possam variar um pouco, o importante é que as questões abordadas sejam contempladas (de alguma forma) para que se caracterize um minipúblico.

⁸ No trabalho “Retomando alguns conceitos-chave para o entendimento da deliberação pública como processo comunicativo” a autora faz referência às contribuições da Pragmática no pensamento da Comunicação, apontando algumas questões que permitem traçar a deliberação sob a perspectiva comunicacional. No presente trabalho, vamos destacar somente as categorias que a Miola aponta como base de análise para a deliberação nessa perspectiva.

⁹ Não é intenção decompor a interação comunicativa, estabelecendo distinções rígidas; e sim pensar esquematicamente, ao menos neste momento.

mo habitava; e o sujeito pós-moderno, que é constituído como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade tornou-se a “celebração do móvel”, transformada e interpelada continuamente pelos processos culturais. Somos interpelados por uma multiplicidade de identidades possíveis.

Assim, a identidade é considerada um processo, um construto social e simbólico. O indivíduo constrói a identidade a partir da realidade que reconhece e da identificação com as significações que constroem o real. Além de utilizar a perspectiva do outro para transformar o que reconhece como sendo coerente e seu, modificando constantemente os significados e tipificações que representam a sua identidade.

As identidades coletivas, por sua vez, devem ser percebidas como processos, e estes não são constituídos fora das relações de poder, que também não são estabelecidas por identidades pré-construídas. Elas revelam possibilidades articulatórias e podem indicar uma lógica de indiferenciação ou de diferenciação. Algumas práticas sociais são iniciadas com o intuito de materializar o sentimento de pertença a um conjunto de valores e crenças que definem a identidade coletiva de determinado grupo. A identidade coletiva define também possíveis práticas cotidianas do grupo na constituição de redes sociais.

Dessa forma, uma identidade coletiva na qual os indivíduos se reconheçam e aceitem trabalhar por objetivos comuns, mesmo que de maneira transitória, pode ser entendida da seguinte forma

um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia social; além de, nesse processo dinâmico serem estruturadas relações que criam e dão formas ao sentimento de pertencimentos grupais entre elementos que partilham crenças e valores sociais responsáveis pela criação de uma unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através das relações de reciprocidade e de reconhecimento (Prado, 2006, p. 200).

O espaço onde se constroem e se projetam às identidades coletivas é a comunidade. A imagem da comunidade, como observa Bruno Souza Leal (2006), “grosso modo, é a de um

grupo de pessoas vinculadas umas às outras por tradição e laços de solidariedade”. A comunidade ainda é ampliada com o conceito de “comunidade de interesse”, como sugere Leal (2006, p. 188), pois ela se baseia “na disposição das pessoas em materializar seus direitos em leis, normas ou outras conquistas”. Leal (2006) destaca que a comunidade, tendo sua existência marcada pela tensão das dimensões privada e pública da vida dos sujeitos, é a experiência singular de um projeto, de um argumento, na projeção de um ideal, de uma utopia ou de um referencial. Ela apresenta-se como um mecanismo de visibilidade peculiar.

Essas características podem ser reconhecidas em minipúblicos e, por consequência na formação e definição da Câmara Itinerante como vamos apresentar daqui para frente.

A Câmara Itinerante apresentada enquanto minipúblico

A análise de Fung sobre minipúblicos está estruturada no desenho institucional do espaço. Assim, na escolha do desenho são analisados: o tipo de minipúblico (no caso da CI, um conselho consultivo participativo); a seleção dos participantes; o tema e escopo da deliberação; o modo deliberativo; a recorrência e interação; as apostas; o empoderamento e o monitoramento. Para as consequências do desenho, será apresentado: a quantidade de participação; o viés da participação; a qualidade da deliberação; o nível de informação aos representantes; o nível de informação aos cidadãos; habilidades democráticas e socialização; accountability oficial; justiça das políticas; efetividade da ação pública e mobilização popular.

A escolha do desenho¹⁰

A seleção dos participantes, segundo Fung, deve ocorrer de forma voluntária quando a participação for aberta ao público em geral. O problema é que nem todos tomam conhecimento, tem interesse, possibilidade ou disponibilidade de participar, ocorrendo uma assimetria na informação. A CI não escapa dessa situação, mesmo sendo realizada em bairros específicos e havendo uma mobilização preliminar, não há um controle ou uma obriga-

¹⁰ Podemos perceber referências às categorias apontadas por Miola. Elas não serão aqui explicitadas, mas são de fácil observação.

toriedade da participação. O contato direto é feito apenas com as lideranças locais e representantes da comunidade.

O tema e o escopo da reunião são definidos a partir dos resultados apresentados no Diagnóstico Participativo, como fica acordado nas reuniões preliminares a CI¹¹. A ideia inicial da CI é discutir apenas o que for apresentado na pesquisa, mas é preciso levar em consideração que todos os assuntos são importantes. Além disso, é necessário lembrar que nem todas as pessoas responderam questionário e mesmo assim podem ter algo a falar. Na maior parte das reuniões as questões mais debatidas dizem respeito à saúde, educação, obras e serviços públicos.

O modo deliberativo é como ocorrem às discussões no espaço do minipúblico. Na CI a deliberação ocorre na argumentação entre os moradores do bairro e os vereadores. Os primeiros expõem e comentam as demandas do bairro a partir do que já foi apresentado no Diagnóstico e os segundos tentam propor uma alternativa para sanar essas demandas, mesmo que seja em relação a melhor forma de fazê-las chegarem ao Executivo.

A frequência com que o minipúblico se reúne é o que vai garantir a recorrência e a interação do processo. Fung considera que no caso dos conselhos consultivos apenas um encontro é suficiente. No caso da CI, em cada bairro acontecem de dois a três encontros antes da reunião. Esses encontros são para explicar o funcionamento da CI e aplicar as pesquisas do Diagnóstico Participativo, sendo que uma parte delas é aplicada pelos próprios moradores, orientados pelo Instituto Cidade. A reunião central, na qual ocorre o processo deliberativo, é realizada uma vez em cada localidade. Ainda há uma outra reunião realizada entre uma comissão de moradores, que é escolhida durante a CI, com os Vereadores e representantes do Executivo para esclarecer o que está sendo feito na comunidade e o que ainda pode ser feito ou programado.

A crença dos participantes no ato deliberativo refere-se às apostas que os mesmos fazem no minipúblico. Fung classifica as deliberações em quentes (alta disposição) e frias (baixa disposição). Na CI, na maioria das vezes, as discussões são quentes, pois os participantes

aproveitam para “gritar” todas as demandas que não são ouvidas pelos poderes. E por ser realizada em bairros, muitas das pessoas que se manifestam já residem no local há anos e anseiam por melhorias na localidade.

A ideia de empoderamento está relacionada à capacidade das deliberações do minipúblico influenciarem as decisões públicas. A CI, pelo menos em um primeiro momento, ainda não tem um forte poder de empoderamento, já que os resultados dependem da atuação dos vereadores, e não apenas da própria comunidade, junto ao Executivo.

O monitoramento refere-se ao acompanhamento dos resultados do processo, sejam eles mensurados em quantidade e qualidade de “obras” ou no sentido de criar condições para uma discussão política e cívica de melhor qualidade. Na CI ambos os casos podem ser averiguados, alguns bairros já vêm em obras o resultado das reuniões junto aos Poderes, e todas as pessoas, dentro do espectro das que participam das ações da CI, têm ganhos educativos e culturais, pois os trabalhos preparativos para a reunião e a Escola de Cidadania envolvem a população com informações acerca do processo político, as funções dos Poderes e questões culturais e sociais.

As consequências do desenho

Em relação às consequências do desenho começamos a apresentação a partir da análise da quantidade de participação. A participação popular na CI é bem variável, dependendo da comunidade que recebe o projeto. Mesmo assim, fica claro que um minipúblico nesse modelo consegue levar a população a participar das atividades e estabelecer um contato mais ativo com as questões políticas da localidade onde vive e do município como um todo. A média de público tem sido de 30 pessoas por reunião da CI, sem contar a participação nas reuniões preliminares.

Para Fung, também é importante analisar o viés da participação, ou seja, é necessário observar de que setores provêm os participantes do minipúblico. Na CI os participantes são moradores dos bairros, na maioria das vezes classe C e D, que precisam de políticas públicas para aumentar a qualidade de vida. O

¹¹ As observações e percepções são baseadas na participação da autora nas reuniões que constituíram a CI. Além de fundamentarem-se na elaboração dos documentos e matérias preparadas para jornais locais, o que indica contato direto com a população que participava das reuniões.

engajamento cívico desses participantes é baixo, na maioria dos casos, uma vez que faltam instrução e vontade de participar das questões sociais e políticas da comunidade e do município. A deliberação também é diferente de bairro a bairro, pois há diferenças expressivas no tipo de participação e o nível de instrução dos participantes também é variável.

Podemos considerar que as deliberações são satisfatórias, uma vez que a população ainda não tem muita facilidade para argumentar de forma racional¹² e eficiente as suas necessidades, mas consegue comunicar o que é preciso fazer para que as coisas melhorem no bairro. A qualidade das deliberações que são levadas à próxima etapa do projeto, junto ao Executivo, também tem sido satisfatórias, pois demonstram necessidades imediatas das comunidades, geralmente ligadas à infra-estrutura, saúde, segurança e educação.

Os minipúblicos ainda contribuem para que os representantes locais, assim como o Poder Público, obtenham informações sobre as preferências, prioridades e percepções da população, ajudando a aperfeiçoar o trabalho que desenvolvem junto às mesmas. No caso da CI essa é a realidade do projeto. A CI, enquanto um minipúblico também favorece o nível de informação levado aos cidadãos. Durante as reuniões os participantes recebem informações sobre as funções desempenhadas pelos poderes, a situação local, entre outras coisas que, em muitos casos, a população não tem acesso. Assim, expande-se o campo de visão dos moradores a respeito de questões que são fundamentais para que os mesmos entendam a vida em comunidade através da política.

Em relação à habilidade democrática e a socialização chama-se a atenção para os espaços deliberativos que são capazes de oferecer aos participantes habilidades de cidadania em questões cívicas, sociais e políticas. A CI consegue oferecer aos moradores a possibilidade de ampliarem os conhecimentos nessas questões através da “Escola de Cidadania”, na qual acontecem palestras com temas variados de interesse da população.

Para Fung, a elevação da accountability é consequência dos minipúblicos, pois os participantes podem examinar a atuação dos representantes. Na CI isso acontece através da análise do que já foi feito na comunidade. Os

participantes ficam mais atentos ao que é necessário fazer e o que pode realmente ser feito. Isso aumenta a qualidade da cobrança exercida pela população, que passa a acompanhar, de forma mais efetiva, os trabalhos desenvolvidos.

A justiça das políticas desenvolvidas nos minipúblicos tem a característica e a possibilidade de promover a justiça social através das políticas públicas apresentadas. No caso da CI, as políticas públicas ainda não são tão efetivas, já que a população busca resolução de questões imediatas ou em médio prazo. Mas há a possibilidade de formular junto à comunidade políticas públicas a serem apresentadas, aumentando o empoderamento que o projeto oferece aos cidadãos.

Segundo Fung, a deliberação pública pode contribuir para a eficácia da política e da deliberação pública das seguintes formas: criando oportunidades para os que serão submetidos a uma política de crítica-la e propor alterações; aumentando a legitimidade de uma política ou agência e pode, assim, tornar os cidadãos mais dispostos a cooperar; obtendo informação direta dos cidadãos, que podem ter vantagens comparativas com relação a determinadas políticas; e ajudando a aprimorar os detalhes da implantação – estratégias e métodos – ao longo do tempo.

Dessa forma, o desempenho positivo da CI, assim como a efetiva participação, está relacionado à possibilidade da população argumentar sobre as demandas do bairro e discutir sobre o que já foi feito e proposto para a comunidade. Os minipúblicos podem ajudar e influenciar a mobilização popular para além de seus limites, ou seja, é possível que a partir desse instrumento novas formas de mobilização e atuação sejam criadas pela própria comunidade. Pois, a população passa a enxergar a necessidade do trabalho em conjuntos para conquistar objetivos em comum.

Ponderações finais

A Câmara Itinerante como um novo espaço para deliberação pública é capaz dar aos indivíduos uma possibilidade de exercerem sua cidadania e construir identidades coletivas. E a participação é o que move e faz acontecer os conceitos-chave desse processo. A CI ainda possui uma estrutura que pode e deve ser

¹² Pois ainda expressam as demandas de forma isolada, de acordo com a necessidade individual e, às vezes, a partir de questões emocionais sem um cunho mais prático.

lapidada para apresentar elementos que esclareçam de forma mais eficiente à relação entre democracia, participação e cidadania.

A CI é um projeto que reúne elementos para várias análises. É válido destacar, que está é uma terceira versão, outros dois trabalhos¹³ já foram apresentados na tentativa de identificar a CI como uma esfera pública. Aspecto que foi refutado devido à qualidade e quantidade da representação presente na CI, assim como os assuntos discutidos na mesma. Também foi apontada a negligência em relação à comunicação nesse processo.

A justificativa vem para esclarecer que este é um trabalho em construção e, que por ora, nos detivemos na possibilidade de reconhecer a CI como um minipúblico e como um espaço capaz de construir identidades coletivas a partir da mobilização popular. Além de, nos permitir observar a deliberação como um processo comunicativo capaz de construir novas realidades.

Ainda nos resta observar qual a participação da mídia nesse processo. Uma vez que, em Santos Dumont, ela é representada da seguinte forma: são três jornais com circulação local e três rádios (uma AM, e duas FM, sendo uma delas de concessão da Igreja Católica). Mas é preciso levar em conta que a cidade de Santos Dumont, pertence à microrregião de Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, com uma área de 637,38 km² e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.766, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). A população total, segundo o Censo Demográfico do IBGE era de 45.855, em 2007. O comércio, a agricultura e a pecuária são as principais fontes de renda da população. Sendo assim, as questões relacionadas ao papel e influência da mídia são assuntos para um outro trabalho.

Referências

- AVRITZER, L. 2000. Teoria Democrática e Deliberação Pública em Habermas e Rawls. p. 1-30.
- Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/anpocs00/.../00gt1912.doc. Acesso em: 07/05/2008.
- AVRITZER, L.; WAMPLER, B. 2004. Públicos Participativos: sociedade civil e novas instituições. In: V.S. COELHO; M. NOBRE (orgs.). *Participação e Deliberação – Teoria democrática e Experiências institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora 34, p. 210-238.
- BORDENAVE, J.E.D. 1992. *O que é participação*. 7ªed., São Paulo, Editora Brasiliense, 102 p. (Coleção Primeiros Passos.)
- FRANÇA, V.V. 2001. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? *Ciberlegenda*, 5. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/vera1.htm>. Acesso em: 27/04/2009.
- FUNG, A. 2004. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In: V.S. COELHO; M. NOBRE (orgs.). *Participação e Deliberação – Teoria democrática e Experiências institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora 34, p. 173-209.
- GOMES, W. 2004. *Transformação da política na era da comunicação de massa*. São Paulo, Paulus, 451 p.
- HALL, S. 2000. *Identidade Cultural na pós-modernidade*. 4ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 102 p.
- LEAL, B. 2006. A comunidade como projeto identitário. In: R. MAIA; M.C.P.S. CASTRO (orgs.), *Mídia, esfera pública e identidades*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, p. 183-192.
- MANSINI-COVRE, M.L. 1995. *O que é cidadania*. São Paulo, Editora Brasiliense, 96 p. (Coleção Primeiros Passos).
- MIOLA, E. 2009. Retomando alguns conceitos-chave para o entendimento da deliberação pública como processo comunicativo. In: ENCONTRO DE DOIS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DE MINAS GERAIS, II, Belo Horizonte, 2009. Anais... UFMG, Belo Horizonte, p. 1-13.
- PRADO, M.A.M. 2006. Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: R. MAIA; M.C.P.S. CASTRO (orgs.), *Mídia, esfera pública e identidades*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, p. 193-212.

Submetido em: 26/11/2009

Aceito em: 16/12/2009